

# **Themis e a Fenatrad promovem aula aberta com a filósofa Silvia Federici - 29 de julho, às 18h**

A Themis e a Fenatrad convidam para uma aula aberta com a filósofa Silvia Federici, estudiosa do trabalho doméstico e uma das mais influentes pensadoras feministas contemporâneas. O encontro será realizado no dia 29 de julho, às 18h, em espanhol com tradução simultânea para português. As inscrições podem ser feitas [neste link](#).

Nascida na Itália, Federici se estabeleceu nos Estados Unidos, onde ajudou a fundar o movimento “salários para o trabalho doméstico”, no início dos anos 1970. É professora emérita da Universidade de Hofstra, em Nova York, e autora de “O Ponto Zero da Revolução - Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista”, “O Calibã e a Bruxa” e “O Patriarcado do Salário”.

Nesta aula aberta, ela apresentará as bases de seu pensamento e responderá a perguntas das trabalhadoras domésticas e dos participantes. O objetivo do evento é promover um diálogo entre a estudiosa, cujo pensamento tem contribuído para o reconhecimento do trabalho doméstico como a base para a manutenção da vida, e as trabalhadoras, que enfrentam um contexto de precarização agravado pela pandemia.

A atividade é parte da campanha [#EssenciaisSãoNossosDireitos](#), da Themis e da Fenatrad, em parceria com a Care e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e apoio da Global Fund for Women, para promover a conscientização sobre os direitos e a valorização das trabalhadoras domésticas.



ESSENCIAIS  
ADNossos  
DIREITOS

fenatrad

THEMIS  
DIREITOS ADORNADOS

THEMIS e FENATRAD  
convidam

**AULA  
ABERTA**

**29**  
JULHO  
18h

Inscreva-se agora mesmo no link [bit.ly/aulasilviafederici](https://bit.ly/aulasilviafederici)

**SILVIA FEDERICI**  
Autora de O ponto zero da revolução - Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista

---

# Mais da metade das trabalhadoras domésticas fica sem renda na pandemia, mostra pesquisa

[\(Folha de S. Paulo | 03/05/2021 | Por Fernanda Brigatti | Acesse a matéria no site de origem.\)](#)

Terezinha Francisco Tavares, 52, trabalhava há 13 anos para uma família em São Paulo quando a pandemia começou, em março do ano passado. Em outra casa, prestava serviços há nove.

Em ambas, a facilidade dessas dispensas evidenciam a fragilidade dos vínculos. “Todo esse tempo de trabalho e saí com a diária do dia e mais nada.

Todo o mundo tem um motivo. Teve que ajudar outras pessoas da família ou levou alguém para morar em casa, mas quem é mais prejudicado somos nós”, diz.

Dos trabalhos que mantinha no pré-pandemia, Terezinha ainda vai eventualmente a uma outra residência, onde já completa 18 anos limpando e arrumando. “Mas ela [a empregadora] também ficou desempregada, então não vou sempre. Uma vez por mês eu vou dar uma ajuda. Mas é assim, a gente sabe que a corda sempre estoura no lado mais fraco.”

Uma vez dispensadas, essas trabalhadoras não recebem férias ou 13º salário, também não acessam o seguro-desemprego ou o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Em pouco mais de um ano de pandemia, 95% dessas mulheres relataram ter visto a renda diminuir.

Quase nove em dez disseram ter perdido algum posto de trabalho. Segundo o De Olho na Quebrada, 47% trabalhavam em apenas uma casa, enquanto 24% iam em duas, e 14%, em três.

Mais da metade (52%) relatou não ter mais nenhuma renda. Na casa de Rosimeire Ferreira da Silva, 49, a ordem é de economia total. Aparelhos eletrônicos ficam fora da tomada quando não estão sendo usados. “Até o tanquinho [para lavar roupas] eu deixo só para coisas mais pesadas e o resto lavo na mão”, diz.

No início da pandemia, a pessoa para quem Rosimeire trabalhava a cada 15 dias recomendou que ela ficasse em casa até que a situação melhorasse. Não melhorou, e a antiga empregadora também não a chamou de volta. “A gente vai levando como pode. Meu marido é ajudante de pedreiro e, para ele, tem pelo menos aparecido trabalho aqui e ali.”

Com a renda encolhida, Rosimeire teve que cortar hábitos como [fazer a feira semanal e tem buscado ajuda, como a cesta básica doada pela Unas](#).

“Se não é o apoio da comunidade, o povo ia passar fome”, diz a diarista Maria Geani Souza Carvalho, 45, que até o início da pandemia trabalhava em três casas diferentes. Há cerca de três meses, voltou a fazer faxinas, mas com frequência menor, chegando a apenas uma vez por mês, e aceita qualquer

bico que aparecer.

“Eu que mantinha a minha casa. Tinha mês que dava até para fazer uma comprinha extra. Acabou que eu tive que cortar essas comprinhas e ainda fiquei sem pagar o carnê. Agora estou com o nome sujo”, conta. Giani diz contar com o apoio do filho, que garante o pagamento do aluguel.

Segundo a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, 4,9 milhões de pessoas atuavam no trabalho doméstico remunerado no trimestre encerrado em fevereiro deste ano. Na comparação com o mesmo período em 2020, o corte de empregos no setor chega a 1,3 milhão de pessoas, uma queda de 21%.

A pesquisa do De Olho na Quebrada buscou entender também como era a vida das mulheres entrevistadas. Letícia Maria da Silva, 22, liderança do De Olho na Quebrada, foi uma das pesquisadoras.

Ela conta que, depois de terem recebido e respondido os formulários, as mulheres eram novamente entrevistadas e contavam, em áudios enviados ao longo do dia, como eram suas rotinas antes e depois da pandemia e quais eram suas atividades de lazer.

Para Reginaldo José Gonçalves, líder comunitário na Unas, foi surpreendente constatar que as atividades de lazer dessas mulheres estão, com frequência, vinculadas aos cuidados com outras pessoas, como receber filhos e netos e almoços em família.

Para a diretora de programas da ActionAid, Ana Paula Brandão, os dados mostram como a pandemia [aprofundou desigualdades de maneira significativa](#).

Segundo a pesquisa, 97% das trabalhadoras domésticas em Heliópolis são mães e metade delas é solo, ou seja, não compartilha com ninguém a responsabilidade pela criação dos filhos. [Mais de 70% delas são negras](#) e 48% têm entre 40 e 59 anos.

“Chama atenção o aumento exponencial de mulheres que passaram a cuidar de outras pessoas. A pandemia coloca toda a centralidade da

responsabilidade sobre a mulher. Quando você junta esse dado com o fato de as escolas estarem fechadas, vamos ter cinco a dez anos de situação catastrófica. Uma questão social muito séria.”

---

## **Guia: trabalhadoras domésticas remuneradas durante a crise do coronavírus**

*As mulheres negras representam mais de 64% da força de trabalho doméstico no Brasil segundo [estudo](#) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*

Informar e proteger as mulheres negras na pandemia da COVID-19 é, sem dúvida, um enorme desafio. A primeira vítima da COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro foi Cleonice Gonçalves, 63 anos, uma mulher negra e trabalhadora doméstica.

As condições de vida de uma pessoa, assim como, a raça/cor, fatores sociais, econômicos, culturais, moradia, alimentação, trabalho, entre outros fatores, podem influenciar a ocorrência de problemas de saúde. Mais que isso, a discriminação e o racismo, em específico podem dificultar o acesso de determinados grupos raciais e sociais aos serviços de saúde.

No caso da primeira vítima da Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro, vários desses fatores, inclusive doenças pré-existentes, podem ter, infelizmente, levado a vida de Dona Cleonice na pequena cidade de Miguel Pereira, a aproximadamente 120 quilômetros da capital fluminense.

Olhar com mais atenção para as mulheres negras e, especialmente para as

trabalhadoras domésticas, é essencial. Criola está preocupada e, por isso, compartilha o [Guia orientador para trabalhadoras domésticas remuneradas durante crise do coronavírus](#), produzido pela Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos, [Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas \(Fenatrad\)](#) e Care Internacional, com apoio da Agência Francesa de Desenvolvimento.

Com informações da [Organização Criola](#).

---

## **Em novo episódio, podcast da Agência Patrícia Galvão debate violência, discriminações e desigualdades de gênero no trabalho**

*Procuradora do trabalho Adriane Reis de Araújo é a convidada do primeiro episódio da série sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho*

Para 71% da população brasileira, as mulheres têm menos oportunidades que os homens no mercado de trabalho e também costumam ter salários menores que os homens, mesmo ocupando os mesmos cargos. É o que revela a pesquisa *Percepções sobre violência e assédio contra as mulheres no trabalho*, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva com apoio da Laudes Foundation. Segundo o levantamento online, as trabalhadoras brasileiras também são as principais vítimas de violência, assédio e constrangimento no ambiente de trabalho.

Para comentar os dados da pesquisa, o novo episódio do podcast da Agência Patrícia Galvão recebeu a procuradora do trabalho Adriane Reis de Araújo, atual titular da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), do Ministério Público do Trabalho. Confira alguns trechos da conversa:

## **Sobre os desafios no enfrentamento à violência e ao assédio**

*A maior dificuldade que nós temos no enfrentamento da violência e do assédio em relação às mulheres é justamente romper com o silêncio dessas mulheres. Por isso que iniciativas como o #MeToo, em que se relatam essas violências, são tão importantes, porque a vítima, ao se deparar com esses relatos, percebe que ela não está sozinha, que aquele fato não é um fato isolado que ela vivenciou.*

*A sociedade brasileira é uma sociedade extremamente violenta contra as mulheres. (...) Essa sociedade violenta, para fora dos muros da empresa, continua dentro da própria empresa — a empresa está inserida dentro dessa sociedade. Então, o mais importante seria uma modificação da compreensão dentro das cortes trabalhistas brasileiras, de perceber que incumbe ao empregador demonstrar que ele adotou todas as medidas para evitar aquela violência e o assédio, que ele sancionou o agressor, que ele deu voz à vítima e evitou qualquer tipo de represália a essa vítima. Com essas medidas efetivas de repressão à violência e o assédio, certamente a mulher brasileira se sentiria mais tranquila em fazer essa denúncia.*

## **Sobre remuneração menor e informalidade**

*As mulheres têm menos oportunidades no mercado de trabalho, seja menos*

*oportunidade em setores [como o de tecnologia, por exemplo], seja maior dificuldade de promoção na carreira, que é o que nós chamamos de teto de vidro ou de labirinto de vidro. Tudo isso resulta em uma remuneração menor. Também, quando há uma dificuldade maior de compatibilidade da vida profissional e da vida pessoal, muitas mulheres são empurradas ao mercado de trabalho informal, que é mais precário e tem uma pior remuneração.*

## **Sobre os impactos do racismo estrutural**

*Não é à toa que nós temos hoje um número bastante expressivo de trabalhadoras domésticas que são mulheres negras — cerca de 68%. E eu trago aqui o trabalho doméstico, porque dentro da nossa sociedade é o que tem 70% de informalidade. É um trabalho precário, muito mal remunerado e desvalorizado dentro da nossa sociedade.*

## **Sobre a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados**

*As mulheres não podem se vestir desse título de super mulher. O resultado disso é um desgaste mental acentuado às mulheres, é uma situação de stress acentuado e isso gera um impacto dentro das carreiras profissionais, seja com a interrupção dessa carreira, seja com a redução da produtividade dessa trabalhadora.*

*E esses fatores, que são domésticos, precisam ser levados em conta pelos empregadores como um mecanismo de redução da discriminação da*



*mulher no ambiente de trabalho e essa é uma situação tão corrente, tão frequente, que há inclusive a Convenção 156 da OIT, que prevê os direitos dos trabalhadores com responsabilidades familiares, exigindo uma conciliação, um cuidado maior dos empregadores para a conciliação da vida doméstica e da vida profissional.*

## **Saiba mais sobre a pesquisa**

A pesquisa *Percepções sobre violência e assédio contra as mulheres no trabalho* foi realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, com apoio da Laudes Foundation, em outubro de 2020. O levantamento online contou com a participação de 1.500 pessoas, entre homens e mulheres maiores de 18 anos de todo o Brasil. Para saber mais, [acesse aqui](#).

### **Veja também:**

O [vídeo](#) e o [webinário Violência e assédio contra mulheres no trabalho](#) da Agência Patrícia Galvão.

---

# **Projeto permite que Lei Maria da Penha proteja empregadas domésticas**

[\(Agência Câmara | 01/03/2021 | Acesse no site de origem\)](#)

O Projeto de Lei 586/21 inclui quaisquer relações hierárquicas nas hipóteses de aplicação da Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Hoje a Lei Maria da Penha define violência contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

O texto em análise na Câmara dos Deputados acrescenta as relações hierárquicas a essa definição.

Autora da proposta, a deputada Lauriete (PSC-ES) observa que, no caso de violência contra empregadas domésticas, por exemplo, há uma questão hierárquica que não exclui o convívio doméstico.

“O projeto visa dar maior proteção às mulheres, ampliando as situações em que a Lei Maria da Penha se aplica, de modo a alcançar todas as mulheres que sejam vítimas de violência no contexto doméstico e familiar”, afirma.

---

## **Empregadas domésticas estão entre as que não conseguem se isolar e sofrem maiores impactos do fim do auxílio**

[\(UOL | 11/02/2021 | Por Maria Martha Bruno, da Gênero e Número\)](#)

A categoria das trabalhadoras domésticas é particularmente vulnerável na crise do coronavírus. As profissionais têm sido expostas sistematicamente a riscos de contaminação sem poderem se isolar. Com o fim do auxílio emergencial, a situação piora e deixa desamparada a categoria, estimada em mais de 6 milhões de trabalhadores.

Denúncias enviadas ao Ministério Público do Trabalho no Brasil ilustram abusos e violações cometidas contra as trabalhadoras. A plataforma de jornalismo de dados Gênero e Número teve acesso a essas denúncias, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), para o projeto “Cenários e possibilidades da pandemia desigual em gênero e raça no Brasil”, em parceria com o Instituto Ibirapitanga.

[\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*](#)

---

## **Domésticas perdem emprego formal na pandemia de Covi**

*Atividade está entre as mais atingidas; mais de 1,7 milhão ficou sem trabalho com carteira assinada*

[\(Agora | 21/11/2020 | Por Ana Paula Branco\)](#)

O trabalho doméstico está entre os [setores mais atingidos](#) economicamente pela pandemia de Covid-19. Mais de 1,7 milhão de profissionais com carteira assinada perdeu o emprego no último ano, segundo o IBGE.

Entre os motivos, afirmam especialistas, está o [aumento da crise econômica, que obrigou muitas famílias a reduzirem despesas](#). Mas, o medo da contaminação pelo vírus pode ter sido determinante para a dispensa da doméstica em muitos lares.

[Acesse essa matéria na íntegra no site de origem](#)

---

# Por WhatsApp, trabalhadoras domésticas têm aula sobre direitos da categoria

[\(Universa| 08/10/2020 | Por Nathalia Geraldo\)](#)

Desde o começo da quarentena, o serviço das trabalhadoras domésticas virou uma questão para aqueles que se perguntam se é possível (ou justo) fazer com que elas continuem indo fazer a limpeza das casas. Por sua vez, as profissionais do setor encaram dificuldades como instabilidade financeira, e até denunciam crimes sexuais durante a pandemia, escancarando as situações de desigualdade a que podem ser submetidas. Em meio a essa situação, um grupo de pelo menos 400 trabalhadoras está se capacitando justamente para saberem quais são seus direitos (e deveres) no setor. Tudo pelo WhatsApp.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

---

## Casos de abusos a trabalhadoras domésticas crescem durante pandemia da Covid-19

*Empregadores 'sugerem' que funcionárias não voltem para casa e se isolem no local de trabalho, longe da famílias*

[\(O Globo | 13/07/2020 | Elisa Martins\)](#)

Assim como casos de violência contra a mulher, abusos no trabalho doméstico cresceram na pandemia. As denúncias não são centralizadas em uma só instituição, mas especialistas no tema relatam o aumento.

— Junto aos contratos encerrados, denúncias sobre abusos também cresceram. Mas poucas são formalizadas. Muitas mulheres são coagidas a aceitar ficar ou perdem o emprego. A trabalhadora fica por necessidade, às vezes por afeição. É um limite tênue entre o abuso e o trabalho análogo à escravidão — diz Luiza Batista, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

[\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*](#)

---

## **Mulheres e indígenas estão entre os mais socialmente afetados pela Covid-19 na América Latina**

[\(Reuters, 12/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

SANTIAGO (Reuters) - A desigualdade enfrentada por mulheres, indígenas e descendentes de africanos, além de trabalhadores informais e migrantes, fará deles os grupos mais afetados pelo impacto socioeconômico do coronavírus na América Latina, afirmou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nesta terça-feira.

Em um relatório para analisar os traços da pandemia na região, a agência das Organizações das Nações Unidas (ONU) disse que a desigualdade em

questões como acesso à água, saneamento, sistema de saúde e moradia também pode traduzir-se em maiores taxas de infecção e morte entre a população mais vulnerável.

“Os diferentes impactos socioeconômicos refletem a matriz da desigualdade social na região”, afirma o relatório. Essas desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e migratórias, entre outras, “acumulam, aprimoram e interagem entre si, causando múltiplas discriminações”.

De acordo com o relatório, “as mulheres encontram-se em uma situação particularmente vulnerável” devido a condições de trabalho são mais precárias, com maiores taxas de informalidade. Portanto “elas estão mais expostas ao risco de desemprego”.

Entre elas, as trabalhadoras domésticas (11,4% das mulheres empregadas) estão em uma situação mais complexa, com acesso limitado à seguridade social. Muitas dessas mulheres são migrantes, indígenas ou afrodescendentes, segundo a agência.

Mas, em geral, para as mulheres, o panorama torna-se mais complexo com as medidas de confinamento adotadas para conter infecções, o fechamento de escolas e a perspectiva de que elas querem cuidar de possíveis pessoas infectadas em casa.

“A carga do trabalho doméstico não remunerado assumido por mulheres, adolescentes e meninas, bem como os casos de violência contra elas, aumentam significativamente”, alertou a Cepal.

Segundo uma contagem da Reuters baseada em dados oficiais, a América Latina tem mais de 369 mil infecções e já ultrapassou 20 mil mortes pelo coronavírus.

*Por Natalia Ramos*